

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Amanda Martins Ferreira Coutinho

**Soberania alimentar e a relação dos Povos Indígenas com a alimentação: um
estudo a partir das Terras Indígenas do município de São Paulo**

São Paulo

2020

AMANDA MARTINS FERREIRA COUTINHO

Soberania alimentar e a relação dos Povos Indígenas com a alimentação: um estudo a partir das Terras Indígenas do município de São Paulo

Trabalho apresentado à Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia

Orientadora: Profa Dra Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo

2020

Agradecimentos

Gostaria de agradecer minha mãe por sempre ter me apoiado nas minhas decisões, principalmente em relação à escolha da geografia para minha vida. Também a meu pai e aos meus avós, que ajudaram a tornar possível minhas realizações até aqui. Gostaria de deixar minha gratidão também ao meu marido por ser um dos maiores incentivadores do meu estudo e da realização desse trabalho em meio à pandemia e outros desafios enfrentados.

Além disso gostaria de agradecer a todas as minhas experiências profissionais que me possibilitaram estar na USP e me manter dentro dela (principalmente o projeto MapBiomass e o Instituto Arapyaú), sem trabalho, eu não teria conseguido chegar até aqui.

Gostaria de agradecer à minha orientadora que foi uma inspiração desde o primeiro contato, além de ter sido muito paciente e atenciosa.

E por fim aos entrevistados que possibilitaram a realização desse trabalho, em meio a uma pandemia, aceitando conversar por telefone ou responder minhas questões por escrito.

“Você pode adquirir outros hábitos, mas não
deixa de ser índio.” (Doethyró - Carlos Tukano)

Resumo

Esta monografia apresenta um panorama dos desafios enfrentados pelas terras indígenas Tenondé Porã e Jaraguá em relação à segurança e soberania alimentar.

Para tentar entender melhor esse tema, além da pesquisa bibliográfica, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas e estruturadas com indígenas das aldeias estudadas e de outras aldeias do Brasil ao longo de 2020.

A segurança alimentar é um tema que vem sendo amplamente discutido no mundo há muito, mas a soberania alimentar surgiu como projeto a partir da Via Campesina, como um contraponto a esse conceito. O projeto de soberania alimentar agrega fatores culturais e reivindica o poder de decisão das comunidades e povos sobre os alimentos que produz e consome, principalmente dos grupos camponeses e populações tradicionais (indígenas, caiçaras e quilombolas).

Dentro disso, a população indígena brasileira, que tem sofrido grandes perdas desde o início da colonização, se encontra hoje em muitas áreas sem espaço e sem condições para uma alimentação de qualidade satisfatória, que leve em conta todos os fatores históricos, culturais e nutricionais.

Vê-se assim, o papel central desempenhado pela demarcação e regularização das terras para assegurar a alimentação e a reprodução social dessas populações, ao proporcionar uma área adequada para o plantio e o desenvolvimento de atividades extrativas. A falta do atendimento ao direito à terra é um dos fatores identificados nessa aproximação inicial como crucial para os altos índices de insegurança alimentar observados entre as populações indígenas.

Além do tema de pesquisa inicialmente previsto, por conta da situação terrível enfrentada em 2020, foram registrados apontamentos sobre a pandemia de COVID-19. A inserção dessas populações em uma cidade como São Paulo evidencia as desigualdades vivenciadas pela comunidade indígena quanto à questão alimentar, e a pandemia do COVID-19 contribuiu para agravar ainda mais a insegurança alimentar desse grupo.

Palavras-chave: alimentação, populações indígenas, Guarani Mbya.

Abstract

This monograph presents an overview of the challenges faced by the Tenondé Porã and Jaraguá indigenous lands in relation to food security and sovereignty.

In order to better understand this theme, in addition to bibliographical research, semi-structured and structured interviews were also carried out with indigenous people from the studied villages and from other villages in Brazil throughout 2020.

Food security is a topic that has been widely discussed in the world for a long time, but food sovereignty emerged as a project from Via Campesina, as a counterpoint to this concept. The food sovereignty project brings together cultural factors and claims the decision-making power of communities and peoples over the food they produce and consume, especially peasant groups and traditional populations (indigenous, caiçaras and quilombolas).

Within this, the Brazilian indigenous population, which has suffered great losses since the beginning of colonization, finds itself today in many areas without space and without conditions for a food of satisfactory quality, which takes into account all historical, cultural and nutritional factors.

Thus, one can see the central role played by the demarcation and regularization of lands to ensure food and social reproduction of these populations, by providing an adequate area for planting and the development of extractive activities. The lack of compliance with the right to land is one of the factors identified in this initial approach as crucial for the high levels of food insecurity observed among indigenous populations.

In addition to the research topic initially planned, due to the terrible situation faced in 2020, notes were recorded on the COVID-19 pandemic. The insertion of these populations in a city like São Paulo highlights the inequalities experienced by the indigenous community regarding the food issue, and the COVID-19 pandemic contributed to further aggravate the food insecurity of this group.

Keyword: food, indigenous populations, Guarani Mbya

Lista de Siglas

1. **ISA:** Instituto Socioambiental
2. **TI:** Terra indígena
3. **FAO:** Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
4. **IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
5. **UC:** Unidade de Conservação
6. **CIMI:** Conselho indigenista Missionário
7. **FUNAI:** Fundação Nacional do Índio
8. **FIAN:** Rede de Ação e Informação pelo Direito a se Alimentar
9. **CPI:** Comissão Pró-Índio
10. **MST:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Lista de Figuras

Figura 1 Mapa de localização das Terras Indígenas no Estado de São Paulo	17
Figura 2 Tabela de municípios com as maiores populações indígenas do Brasil	18
Figura 3 Mapa de Densidade demográfica de populações indígenas dentro do Estado de São Paulo	18
Figura 4 Mapa político das áreas de Estudo	21
Figura 5 Tabela da situação das Tis no Brasil e homologações por gestão presidencial	23
Figura 6 Mapas comparativos de uso do solo no entorno da TI Tenondé Porã entre os anos de 1995 e 2018	25
Figura 7 Foto aérea da TI do Jaraguá	26
Figura 8 Foto aérea da TI do Jaraguá	27
Figura 9 Tabela da situação da TI do Jaraguá	28
Figura 10 Mapas comparativos de uso do solo no entorno da TI do Jaraguá entre os anos de 1995 e 2018	29
Figura 11 Foto de uma plantação na TI Tenondé Porã	37
Figura 12 Tabela de Alimentos mais citados nas entrevistas	37
Figura 13 Foto de artesanatos para vender em uma visita a TI Tenondé Porã	38

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
EXPERIÊNCIA DE PESQUISA	10
1.2. OBJETIVO	12
1.3. PARÂMETRO HISTÓRICO	13
1.4. O POVO GUARANI MBYA	14
1.5. A SOBERANIA ALIMENTAR	15
2. ÁREA DE TRABALHO	16
3. DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS	22
3.1. DEMARCAÇÃO TI TENONDÉ PORÃ:	23
3.2. DEMARCAÇÃO DA TI DO JARAGUÁ:	26
4. PRODUÇÃO E ALIMENTAÇÃO INDÍGENA	30
4.1. FOME DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA	31
5. ALIMENTAÇÃO INDÍGENA HOJE	33
5.1. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NAS TEKOAS ENTREVISTADAS	35
6. ALIMENTAÇÃO INDÍGENA NA PANDEMIA	41
7. CONCLUSÃO	42
8. REFERÊNCIAS	43
9. GLOSSÁRIO	49
10. ANEXOS	50
ANEXO 1:	50
ANEXO 2:	52
ANEXO 3:	55
ANEXO 4:	57
ANEXO 5:	60

1. INTRODUÇÃO

1.1. *EXPERIÊNCIA DE PESQUISA*

2020 foi um ano desafiante e cheio de perdas, mas foi neste ano que iniciei a minha pesquisa, que foi de grande importância para a minha formação acadêmica. Confesso que não correu tudo como planejado. A intenção inicial era visitar as aldeias ou Tekoá, colher entrevistas, tirar fotos, observar os locais, colher informações sobre alimentação com diferentes tipos de pessoas de idades diferentes com experiências diferentes nas comunidades, e estar próxima das pessoas era exatamente o que eu mais queria para esse trabalho.

Mas seria extremamente perigoso e irresponsável realizar as pesquisas de forma presencial, principalmente para os povos indígenas que, ao todo até hoje, dia 25 de janeiro de 2021, já perderam 932 pessoas para a COVID-19, segundo o ISA (mas os números oficiais costumam esconder os povos indígenas que vivem em áreas urbanas). Também é preciso lembrar os mais de 200 mil mortos em todo o país, incluindo pessoas próximas a mim ou a meus amigos.

Por tudo isso, eu decidi não realizar o trabalho da forma que eu idealizei, com a visita às aldeias e entrevistas presenciais para entender os desafios enfrentados por eles, então contei com a ajuda da tecnologia e da paciência de cada uma das pessoas com quem eu me comuniquéi para realizar a pesquisa.

Consegui falar com a Yamani Kãbara da TI do Jaraguá, Carlos Tukano do Alto do Rio Negro, que vive entre a cidade do Rio de Janeiro e o Rio Negro, Kiriguaçu Ibiaça do Kariri e Jera Poty Mirí da Aldeia Kalipety, na TI Tenondé Porã. Apesar de focar nas aldeias do município de São Paulo, achei que seria enriquecedor conhecer outras experiências, principalmente em relação à alimentação, apesar de entender que não conseguiria contemplar todo o território brasileiro. Por isso, foram coletadas entrevistas com pessoas de outras áreas, além das terras indígenas estudadas. As informações coletadas permitiram, no entanto, apenas uma aproximação inicial da realidade das TI's estudadas e uma primeira visão do que é a alimentação indígena no Brasil. Assim, é importante ressaltar que esse trabalho não tem um caráter

etnográfico e que, dadas as suas limitações, apresenta apenas uma abordagem introdutória de uma temática bastante complexa.

Não tirei fotos novas, mas consegui imagens de amigos e o mais inusitado foi contar com a criatividade de uma pessoa da comunidade, que me indicou um clipe que continha imagens ótimas da TI do Jaraguá feitas com um drone. Toda ajuda foi de extrema importância, mas foi a generosidade das pessoas que falaram comigo por celular neste período de tantas necessidades e correrias que fizeram esse trabalho existir afinal.

Fora a experiência de realizar uma pesquisa em um período atípico, eu aproveitei cada leitura, cada livro, cada artigo, cada tese, cada vídeo e cada entrevista para tentar responder minhas perguntas e formular outras questões que talvez precisarão de outra pesquisa para serem respondidas.

Me surpreendi com o livro de Luís Câmara Cascudo e com a importância de voltar no tempo para entendermos melhor o presente como ele é. Como a comida está ligada ao que somos como povo em nossa essência, como a natureza do nosso país dita a variedade de possibilidades que temos para nos alimentar. Me surpreendi também com o Guia Alimentar da População Brasileira e como ele pode ser simples e muito esclarecedor ao mesmo tempo. Um material assim, se usado e compartilhado corretamente, pode transformar a saúde do nosso país.

Voltando às expectativas que eu tinha sobre essa pesquisa, uma delas eu consegui cumprir. Quis desde o início escrever de forma fácil e acessível, pois acredito que a academia deve se aproximar cada vez mais da população que não teve oportunidade de estar em uma universidade, levando informação de qualidade com transparência e sem deixar de lado todo conhecimento não científico que existe em nosso país, ou seja levando em consideração e validando todos os tipos de conhecimento.

1.2. OBJETIVO

Esse tema surgiu depois de um trabalho de campo realizado em 2018 em uma aldeia Guarani localizada no Extremo sul do município de São Paulo, chamada Tenondé Porã, onde me deparei com uma grande variedade de espécies alimentícias. Essa experiência me trouxe os questionamentos deste trabalho. Que tipos de práticas são usadas pelos povos Guaranis do Estado de São Paulo para a preservação e transmissão dos conhecimentos sobre cultivos tradicionais e variedades vegetais, levando em consideração o papel destes para a sua Soberania Alimentar? O que eles comem? Como é a segurança alimentar dessas populações? Qual a relação da área disponível para plantio e a Soberania Alimentar desses povos? Outras dúvidas vieram com a Pandemia como: qual o impacto da COVID-19 na alimentação dos indígenas da cidade de São Paulo?

O principal objetivo deste trabalho foi compreender os processos e práticas indígenas da produção e transmissão de conhecimentos sobre alimentos e formas de cultivo agrícola e sua relação com o espaço para plantio e demarcação das terras. Para isso se fez necessário também:

- Pesquisar e entender sobre a soberania alimentar e seu histórico dentro da perspectiva indígena;
- Conhecer e caracterizar o sistema de produção agrícola da Terra Indígena da cidade de São Paulo;
- Identificar se há uma rede de compartilhamento de práticas agrícolas, sementes e produtos agrícolas entre os povos Guaranis do Estado de SP;
- Mapear a evolução do uso do solo no entorno da aldeia estudada e avaliar a sua relação com o processo de demarcação;
- Entender o processo de demarcação das Tis
- Entender os impactos da Pandemia do COVID-19 na alimentação desses povos

1.3. PARÂMETRO HISTÓRICO

Os povos originários de várias partes do mundo foram marcados por um grande Genocídio viabilizado por países Europeus que mais tarde chamariam os locais invadidos de colônias.

Tal tragédia universal consubstancia-se expressivamente na forma de um verdadeiro holocausto efetuado dentro do território, com o escopo de formar uma nação. Ao longo desse drama, inúmeras vidas foram ceifadas, instituições foram subjugadas, assim como as viabilidades econômica e cultural desses povos foram rompidas. (WILL, 2014. p.8)

O caso das populações indígenas do Brasil não é diferente, desde a invasão dos Europeus, os povos indígenas têm sido arrancados de suas terras e mortos para que houvesse a exploração e ocupação deste solo, que era e é até hoje um bem muito valioso e lucrativo.

Um longo processo de devastação física e cultural eliminou grupos gigantescos e inúmeras etnias indígenas, especialmente através do rompimento histórico entre os índios e a terra. (Silva, 2018. p.481)

O peso desse rompimento histórico entre os indígenas e a terra de que a Elisângela Silva fala pode ser avaliado claramente hoje nas lutas pelo reconhecimento do direito e pela demarcação de suas terras, contra o reiterado desrespeito às terras indígenas praticado por diferentes segmentos da sociedade brasileira. Esse assunto não morreu em mais de 500 anos e parece não ter um fim tão próximo. Apesar de todo o sangue derramado, essa guerra por terras não retirou de muitas populações indígenas brasileiras a sua cultura, costumes, modo de se alimentar e modo de viver.

1.4. O POVO GUARANI MBYA

Ainda antes da colonização os Guaranis já formavam um conjunto de povos de mesma origem, falavam um mesmo idioma, praticavam uma agricultura muito

produtiva e tinham grandes festas com distribuição dos produtos excedentes, conforme a economia coletiva existente entre as comunidades na época. Esses povos habitavam desde a costa atlântica até o Paraguai (SOUZA 2002).

Os Guaranis Mbya são um dos três grandes grupos de Guaranis que vivem hoje no Brasil, sendo os outros dois Ñandeva (Xiripa) e Kaiowa. Segundo LADEIRA 2001, a identificação do grupo Mbya é determinada através de especificidades culturais e linguísticas e, apesar da vasta dispersão geográfica de suas aldeias na América do Sul (Argentina, Paraguai, Uruguai, Brasil), os Mbya se reconhecem plenamente enquanto povo diferenciado.

O nome Mbya foi traduzido de muitas formas: como “muita gente num só lugar”, “estrangeiro, estranho, aquele que vem de fora, de longe”, “gente diferente que vem de longe” O curioso observado por LADEIRA sobre essas traduções é:

(...) que se pode absorver das explicações de meu interlocutor mbya, é que o processo de identificação do outro passa pelo sentido de se reconhecer no outro através da sua própria e igual condição de “diferente”. (LADEIRA, 1990, p. 34)

Atualmente o povo Guarani Mbya se encontra distribuído no Brasil entre São Paulo, Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, além de alguns pontos no Maranhão, Pará e Goiás, contabilizando uma população de mais de 896 mil indígenas em todo o Brasil, conforme o Censo do IBGE de 2010. Os estudos sobre a quantidade e localidade desse povo não são precisos, levando-se em consideração o aspecto não sedentário dos indivíduos.

Os deslocamentos territoriais guarani após a colonização tiveram vários motivos, desde um recuo para garantir uma certa invisibilidade, até uma concentração ao longo do litoral sul e sudeste para melhores condições de terras.

O grupo Mbya “(...) continua migrando e é reconhecido, na literatura etnológica, como o mais resistente ao domínio colonial e neocolonial” (Ciccarone, 2011) e segundo a entrevista realizada com Yamani Kãbara da TI do Jaraguá o perfil caminhante hoje abrange desde visitas de parentes e rituais até intercâmbios de artesanato e cultivos.

1.5. A SOBERANIA ALIMENTAR

Neste trabalho vou tratar mais especificamente dos conhecimentos e tradições alimentares e agrícolas das populações indígenas da cidade de São Paulo que estão diretamente ligadas à terra, e se essas populações são soberanas em relação à sua alimentação. Para tal, é necessário entender o contexto em que o conceito de Soberania Alimentar surge e o que ela representa para essas populações.

Antes do surgimento do conceito 'Soberania Alimentar', já muito se falava da fome no mundo, este é um tema que chama atenção e é muito discutido, por ser um problema antigo que muitos países enfrentam até hoje. A partir disso, a política de segurança alimentar foi criada e é defendida pela FAO com o intuito de que todos tenham o que comer, ou seja "(...) que todos tenham condição de acesso a alimentos básicos para uma alimentação saudável em qualidade e quantidade." (ZANOTTO, 2017, p.51)

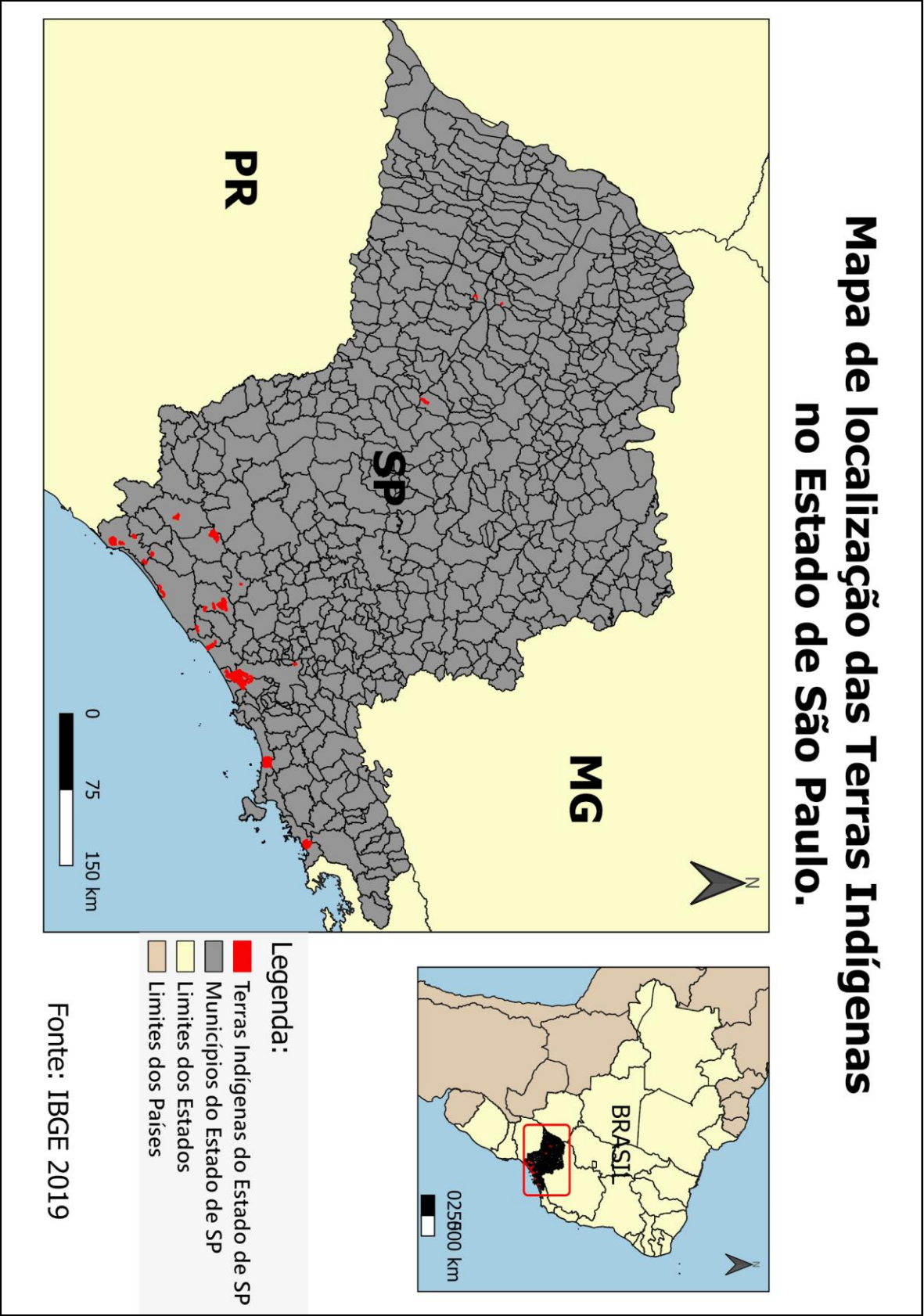
Em contraponto a esse conceito, o termo Soberania Alimentar¹ foi criado e é defendido pela Via Campesina, organização que conta com a participação de camponeses, população sem-terra, indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais. Segundo ZANOTTO, o movimento da Soberania Alimentar vai além da segurança, já que este leva em consideração que um povo deve ser livre e soberano em relação à sua alimentação. Para ela, ser soberano é "comercializar localmente, vinculado à cultura, ao modo de vida de cada povo, afastando a dependência dos grandes mercados que veem os alimentos, a água, a natureza como mercadorias." (ZANOTTO, 2017, p. 51)

¹ Surgido no final do século XX no contexto dos embates políticos travados em face do avanço do processo de globalização neoliberal, esse conceito não tem origem indígena. Porém, ele aponta para questões fundamentais que ajudam a refletir sobre os desafios relacionados à reprodução social de povos e populações tradicionais sob o domínio da sociedade capitalista e do sistema de Estados territoriais em que se baseia. Assim, buscou-se realizar uma abordagem crítica da realidade alimentar de populações indígenas por meio do uso desse conceito, considerando as particularidades da territorialidade indígena. Um termo que apareceu na banca de defesa deste trabalho foi o de "autonomia alimentar", que se aproxima mais dos ideais indígenas e inclusive foi citado em uma das entrevistas da pesquisa.

2. ÁREA DE TRABALHO

Existem algumas terras indígenas no Estado de São Paulo, a maior parte fica concentrada na porção leste do estado, próximo ao litoral, mas podemos encontrar duas delas dispersas no centro e oeste do estado, como podemos ver no mapa abaixo.

Figura 1 Mapa de localização das Terras Indígenas no Estado de São Paulo



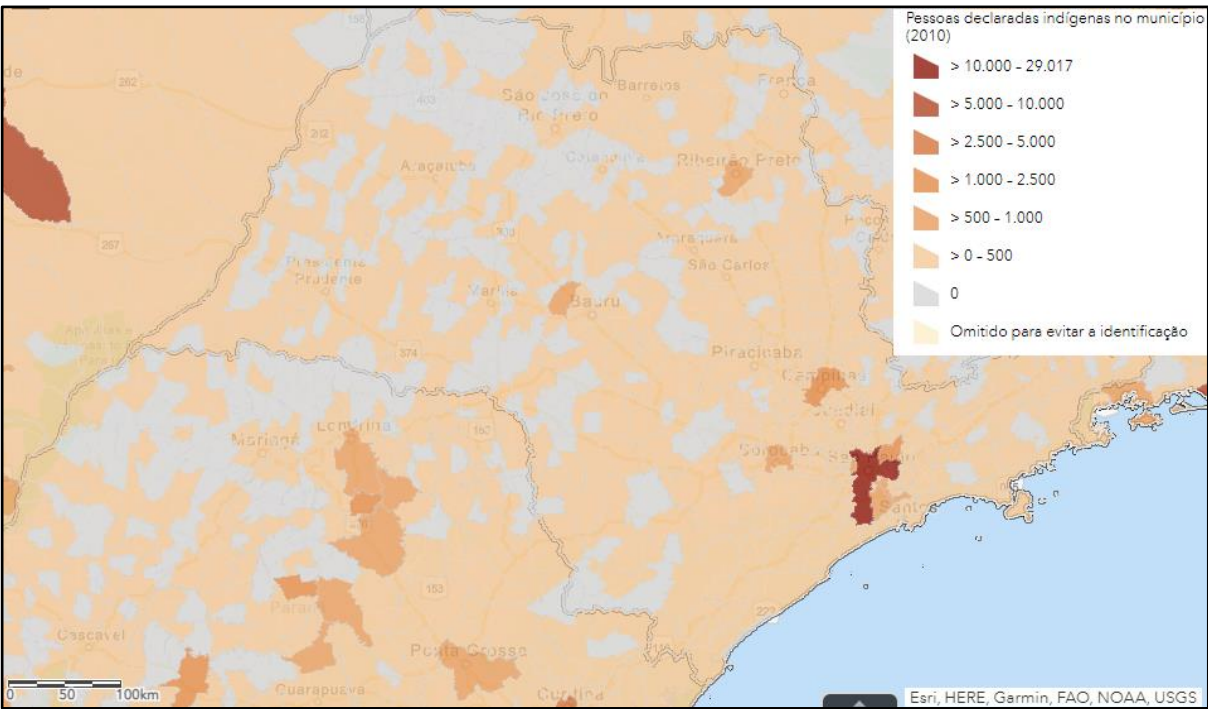
A distribuição das populações indígenas no estado se dá da seguinte forma:

Figura 2 Tabela de municípios com as maiores populações indígenas de São Paulo Brasil

Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio São Paulo - 2010									
	Total			Urbano			Rural		
	Código	Município	POP	Código	Município	POP	Código	Município	POP
1	3550308	São Paulo	12.977	3550308	São Paulo	11.918	3550308	São Paulo	1.059
2	3518800	Guarulhos	1.434	3518800	Guarulhos	1.434	3504305	Avai	542
3	3509502	Campinas	1.043	3509502	Campinas	1.021	3529906	Miracatu	164
4	3548708	São Bernardo do Campo	778	3548708	São Bernardo do Campo	771	3503356	Arco-Íris	156
5	3547809	Santo André	575	3547809	Santo André	575	3555406	Ubatuba	156
6	3543402	Ribeirão Preto	565	3543402	Ribeirão Preto	562	3551801	Sete Barras	135
7	3552205	Sorocaba	558	3552205	Sorocaba	552	3507704	Braúna	131
8	3504305	Avai	557	3534401	Osasco	537	3536208	Pariquera-Açu	96
9	3534401	Osasco	537	3518701	Guarujá	481	3506359	Bertioga	92
10	3518701	Guarujá	481	3548500	Santos	468	3505005	Barão de Antonina	86

Fonte: Censo IBGE 2010

Figura 3 Mapa de Densidade demográfica de populações indígenas dentro do Estado de São Paulo



Fonte: Site do IBGE, disponível em:

<https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/porta1/apps/sites/#/indigenas/app/3f8db5414cd74999942b074e77a4a853>, acesso em 07 de janeiro de 2021.

Na cidade de São Paulo temos duas TI's, uma na parte sul do município e outra na parte noroeste. Mesmo com apenas duas terras indígenas, São Paulo é a 4ª cidade no ranking de cidades com mais população indígena do Brasil, com aproximadamente 4 mil pessoas morando em terras indígenas no município.

Os cinco municípios mais populosos desse conjunto são os seguintes: São Gabriel da Cachoeira (Amazonas); São Paulo de Olivença (Amazonas); Tabatinga (Amazonas); São Paulo (São Paulo); e Santa Isabel do Rio Negro (Amazonas). (Os indígenas no Censo Demográfico 2010, 2010, p.15)

Segundo o estudo realizado pela Comissão Pró Índio de São Paulo, depois da colonização e dispersão dos indígenas pelo Brasil “há pelo menos três décadas de registro oficial sobre indígenas vivendo nos centros urbanos” (CPISP 2013 p.91). Na cidade de São Paulo essa história é um pouco mais antiga, a primeira migração indígena conhecida é do povo Pankararu que veio de Pernambuco para São Paulo na década de 1950 e hoje se encontra vivendo em ambiente urbano (não aldeado), mas ainda se reconhece enquanto povo indígena.

A questão fundiária sempre foi uma pauta ativa em relação à questão indígena, assim logo pensamos em demarcação e regularização de terras e os conflitos associados vindos da construção de grandes obras para o uso dos recursos hídricos na geração de energia no agronegócio e na exploração de minério. Mas hoje tem crescido a discussão sobre a relação dos povos indígenas com o contexto urbano, levando em consideração que 36% da população indígena vivia em 2010 (último censo do IBGE) em áreas urbanas, como por exemplo São Paulo que ocupa o primeiro lugar no país com 12,9 mil indígenas vivendo em área urbana (CPISP, 2015). Entre as questões que envolvem o aumento da população indígena nas grandes cidades um deles é que:

(...) as terras indígenas acabaram sendo reduzidas e/ou englobadas pelo processo de expansão urbana embasado na lógica da valorização fundiária que confinou os indígenas em territórios estanques e menores que seus territórios tradicionais.

Em paralelo ao crescimento da população indígena na cidade de São Paulo conseguimos observar um crescimento urbano contínuo no município, como mostram os dados do MapBiomias.

Infraestrutura urbana da cidade de São Paulo em Hectares								
Ano	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Infraestrutura Urbana	78.783	82.454	84.483	87.263	88.210	89.082	89.881	90.749

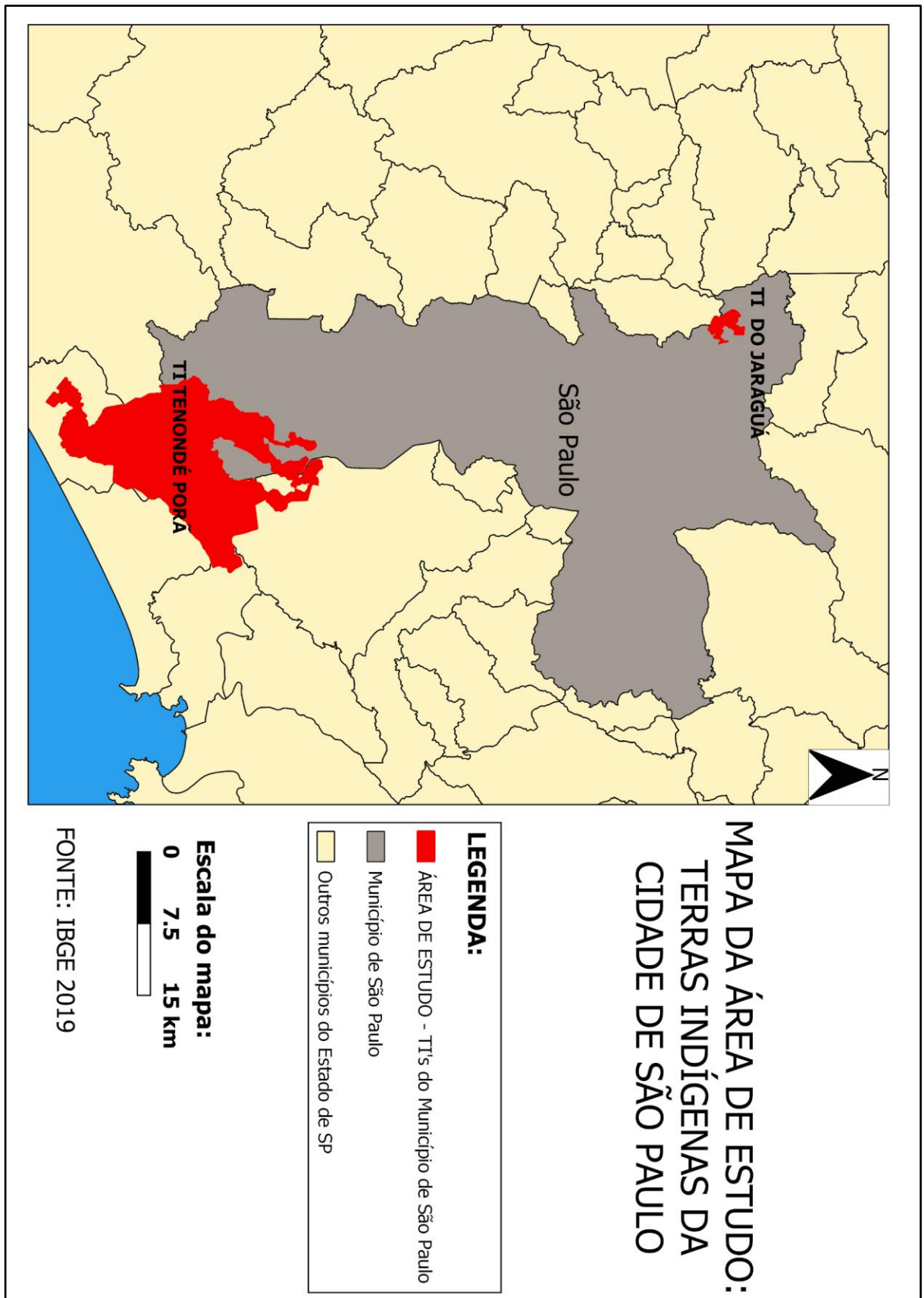
Fonte: MapBiomias, 2020. <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/> acesso em 13.03.2021

Esse crescimento evidencia a pressão fundiária urbana sofrida pela população que mora nas periferias ou aldeias indígenas do município, essa pressão aumenta por conta desse crescimento. Levando em consideração a especulação imobiliária, grandes construtoras e outras empresas se interessam pelas áreas ocupadas por essas populações.

A área de estudo deste trabalho são duas TIs da cidade de São Paulo: a Terra Indígena do Jaraguá e a Terra Indígena Tenondé Porã onde habitam indígenas da etnia Guarani Mbya e Guarani Nandeva, segundo o ISA.

A primeira se localiza na cidade de São Paulo, na parte Oeste da Zona Norte, mais precisamente no bairro do Jaraguá, e tem uma pequena parte de seu território dentro do município de Osasco.

Figura 4 Mapa político das áreas de Estudo



O local é ocupado por aproximadamente 586 pessoas do povo Guarani Mbya, que, apesar de ser um dos maiores povos indígenas brasileiros, é o que tem entre as suas áreas de ocupação legal a menor de todas: a TI do Jaraguá, que tem apenas 1,7 ha de área Homologada pelo Decreto 94.221 de 15/04/1987 e é dividida em 6 tekoas ou aldeias (Tekoa Ytu, Tekoa Pyau, Tekoa Itakupé, Tekoa Itaverá, Tekoa Itaendy e Tekoa Yvy Porã) (ISA, 2015).

A Segunda TI estudada se localiza no extremo Sul do Município de São Paulo, mas também abrange partes dos municípios Mongaguá, São Bernardo do Campo e São Vicente. Tem aproximadamente 15.969 hectares e possui trechos em sobreposição com duas UCs: a Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, do município de São Paulo, e o Parque Estadual da Serra do Mar. Atualmente existem cerca de 1.500 Guaranis vivendo na TI Tenonde Porã, que se dividem em 8 tekoas: Tenonde Porã (ou “aldeia da Barragem”), Krukutu, Guyrapaju, Kalipety, Yrexakã, Kuaray Rexakã, Tape Mirĩ e Tekoa Porã.

3. DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Segundo o Conselho indigenista Missionário (CIMI 2016), existem atualmente 1296 terras indígenas no Brasil, entre terras já demarcadas (401), em alguma das etapas de demarcação (306), terras que se enquadram em outras categorias que não a de terra tradicional (65) ou terras sem nenhuma perspectiva de início de demarcação pelo Estado (530).

Abaixo podemos ver essa quantidade em porcentagem e entender como os presidentes brasileiros atuaram em relação a essas demarcações a partir da constituição de 1988, que previa até 5 anos para delimitação de todas as TIs.

Figura 5 Tabela da situação das TIs no Brasil em 2016 e homologações por gestão presidencial

Situação geral das Terras Indígenas no Brasil	
Situação	Quantidade %
A identificar	13,42%
Declarada	4,63%
Dominal	1,62%
Homologada	1,23%
Identificada	3,86%
Portaria de restrição	0,46%
Registrada	30,92%
Reservada	2,93%
Sem providências	40,86%

Homologação de Terras Indígenas por gestão presidencial	
Presidente	Homologações
José Sarney (1985 - 1990)	67
Fernando Collor (Jan 1991 - Set 1992)	121
Itamar Franco (Out 1992 - Dez 1994)	18
Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002)	145
Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)	79
Dilma Rousseff (Jan 2011 - Ago 2016)	21
Michel Temer (Ago 2016 - Dez 2016)	0

Fonte: Imagem do site do CIMI, disponível em: <<https://cimi.org.br/terras-indigenas/#:~:text=Existem%20atualmente%201296%20terras%20ind%C3%ADgenas%20no%20Brasil.&text=Como%20reflexo%20disso%2C%20hoje%20a,ind%C3%ADgenas%20em%20todo%20o%20Brasil.>>>

3.1. DEMARCAÇÃO TI TENONDÉ PORÃ:

Sobre a demarcação da TI Tenondé Porã, em 1987 foi realizada a primeira demarcação, foram demarcadas as aldeias Barragem e Krukutu com apenas 26 hectares cada. Em 2012 a Funai terminou o estudo de identificação das terras, reconhecendo cerca de 16 mil ha como sendo dos Guarani Mbya da região. Os anos seguintes ao estudo foram marcados por mobilizações, criação de novas aldeias como a Kalipety onde vive uma das entrevistadas (Jera Poty), protestos e ocupações em prédios públicos. Assim, depois de quase 30 anos de luta, desde a primeira demarcação, em 2016, o Ministério da Justiça publicou a portaria declaratória da Portaria MJ/GAB nº 548 assinada pelo Ministro da Justiça Eugênio Aragão

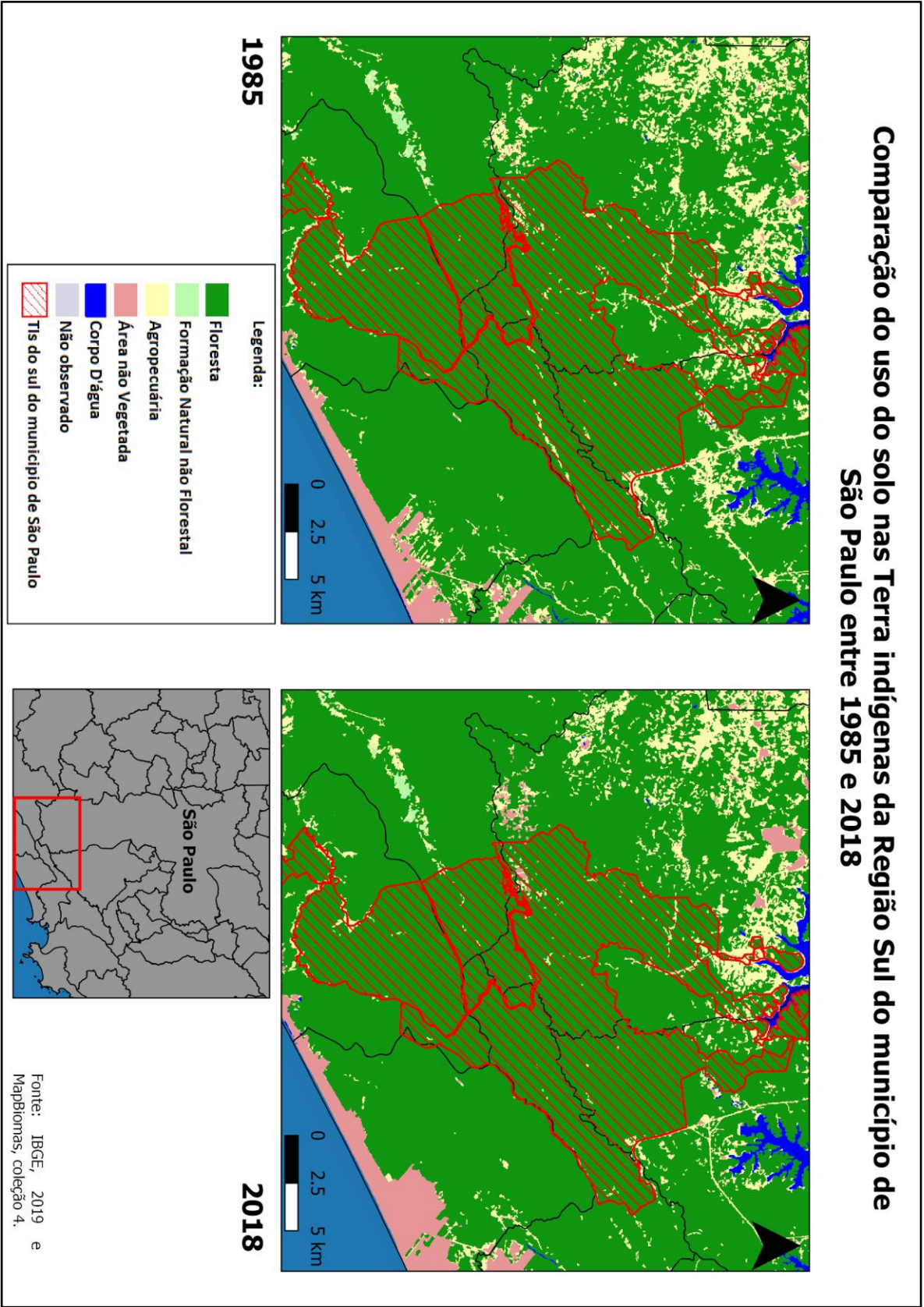
reconhecendo os 15.969 hectares, relativos aos limites dos estudos feitos pela Funai. Segundo o site da própria TI Tenondé Porã:

A portaria declaratória é o marco mais importante do rito de demarcação, garantindo de forma definitiva a posse permanente sobre nosso território tradicional e autorizando as etapas conclusivas do processo: a colocação dos marcos físicos nos limites e a desintrusão das áreas ocupadas por não indígenas mediante a indenização de benfeitorias, formalizando em seguida a homologação presidencial e o registro final da Terra Indígena.

Segundo Jera Poty Mirí, uma das líderes da tekoá Kalipety: “Agora sim, temos quase 16 mil hectares de área. Antes eram apenas duas aldeias, ambas com 26 hectares, ficamos por muito tempo sem espaço para o plantio.”

A área não mudou muito em relação ao uso do solo de 1985 para 2018, podemos ver pequenas áreas que se regeneram dentro da área da TI e um pequeno crescimento urbano em volta (identificado no mapa como área não vegetada). Isso não quer dizer que a área seja menos cobiçada por pessoas não indígenas, mas conforme vamos ver mais à frente, a pressão sofrida pela TI do Jaraguá é muito maior.

Figura 6 Mapas comparativos de uso do solo no entorno da TI Tenondé Porã entre os anos de 1995 e 2018



3.2. DEMARCAÇÃO DA TI DO JARAGUÁ:

O grupo indígena da TI do Jaraguá ainda luta para aumentar o seu território. Com 1,7 hectares regularizados, essa TI tem a menor área demarcada hoje no Brasil e os indígenas que aí habitam têm buscado por mais espaço, principalmente para plantar.

Figura 7 Foto aérea da TI do Jaraguá



Fonte: Imagem da TI do Jaraguá tirada do Clipe de Oz Guarani - O índio é forte, 2018.

Figura 8 Foto aérea da TI do Jaraguá



Fonte: Imagem da TI do Jaraguá tirada do Clipe de Oz Guarani - O índio é forte, 2018.

Em maio de 2015 o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assinou a Portaria Declaratória da Terra Indígena Jaraguá, de ocupação tradicional do povo indígena Guarani. A TI passou a ter 532 hectares, abrangendo o Parque do Pico do Jaraguá, mas essa decisão durou menos de 2 anos e foi anulada pela Portaria MJ nº 683/2017:

A Terra Indígena Guarani foi constituída, inicialmente, pelo Decreto 94.221, de 14 de abril de 1987, com uma área de 1,7 ha (817,6 metros de perímetro), nas imediações do Pico do Jaraguá, entre os municípios de São Paulo e Osasco (...) Em razão desse histórico, a TI Jaraguá ostenta hoje o título de menor terra indígena do Brasil. (Diário Oficial da União PORTARIA Nº 683, DE 15 DE AGOSTO DE 2017, p. 21).

Nessa nova portaria, o principal argumento apresentado para a anulação da extensão foi o de que “a nova área abrange quase integralmente o Parque Estadual do Jaraguá e, todavia, teria sido demarcada sem a participação do Estado de São Paulo na definição conjunta das formas de uso da área”.(Portaria MJ nº 683/2017).

Atualmente, segundo o site da Funai, a situação da TI do Jaraguá é de 1,7 ha regularizados e 532 ha declarados, como podemos ver na tabela abaixo:

Figura 9 Tabela da situação da TI do Jaraguá em data?

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE(ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Jaraguá	Guaraní	SP	São Paulo, Osasco	1,7566	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Jaraguá	Guaraní	SP	São Paulo, Osasco	532,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada

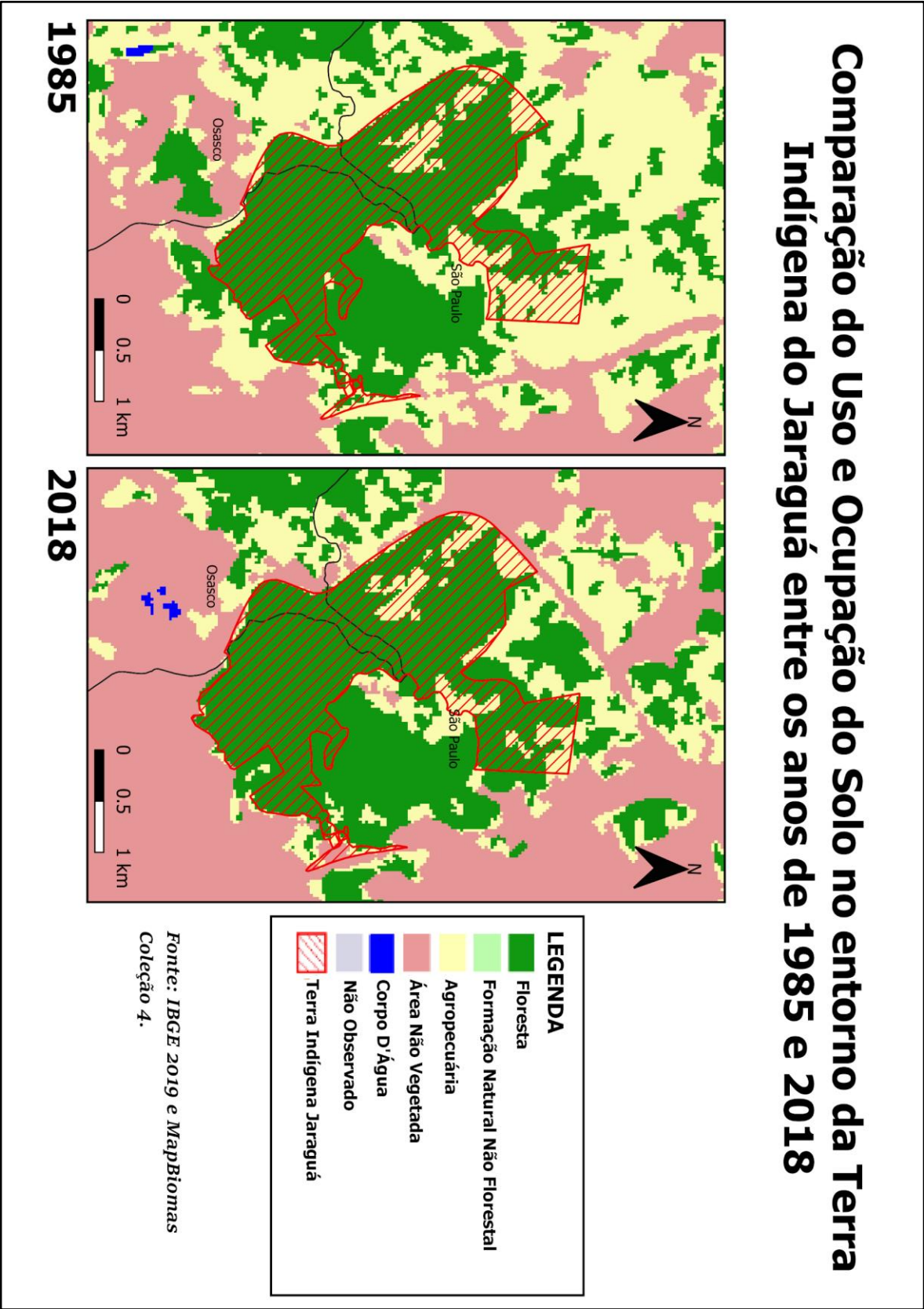
Imagem retirada do site da Funai: disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>

Os trâmites estão sendo marcados por luta e ocupações em áreas próximas da TI atual. Segundo YAMANI KÃBARA, moradora da aldeia do Jaraguá, o Espaço de 1,7 ha não é suficiente para a subsistência dos quase 600 moradores:

Perto daqui tem um aterro sanitário que é 20 vezes maior que a nossa terra. Vários se denominaram donos ao longo dos anos, mas são donos falsos, o último dono cultivava Boi, as plantas que o boi comia infestam as matas nativas. Plantaram eucalipto perto dos rios, e agora estamos tendo que recuperar essa área. Estamos com três lagos por conta dessa recuperação. (Depoimento obtido em entrevista em agosto de 2020)

Quando observamos o mapa abaixo, podemos ver as mudanças no entorno da aldeia e é possível entender a pressão que essas mudanças fazem na Tekoá. Vemos a regeneração da floresta em parte da área da aldeia enquanto vemos no entorno que as mudanças acontecem com a passagem de formações naturais e áreas de agropecuária para área não vegetada e, em sua maior parte, área urbana.

Figura 10 Mapas comparativos de uso do solo no entorno da TI do Jaraguá entre os anos de 1995 e 2018



Como já dito anteriormente, as aldeias chamadas urbanas, ou seja com grande proximidade à cidade, são as que sofrem mais pressão imobiliária. O caso da TI do Jaraguá é um exemplo de aldeia de resistência, já que é o tempo todo ameaçada por construtoras e supostos donos da terra onde estão.

A Tekoa Pyau, por exemplo, uma das aldeias da TI Jaraguá tem sua validade contestada por um suposto dono que segue na justiça para uma reintegração de posse (FARIA, 2015), outro caso é o das baixas no terreno causadas pela construção da rodovia Bandeirantes. Além da devastação do entorno da TI pela construtora TENDA que gerou indignação nos moradores que ocuparam o terreno e paralisaram as obras, até o início da pandemia, a justiça segue analisando o caso até agora, início de 2021, não temos um veredicto.

4. PRODUÇÃO E ALIMENTAÇÃO INDÍGENA

A alimentação indígena passou por algumas mudanças desde a época pré-colonial, mas ainda apresenta algumas semelhanças.

O primeiro depoimento que temos sobre alimentação indígena vem da carta de Pero Vaz de Caminha e, segundo Cascudo (2011), o cardápio da população indígena que teve o primeiro contato com o homem branco em território que viria a se tornar o Brasil era basicamente de inhames. O “inhame”, principal alimento descrito nas cartas de Pero Vaz de Caminha, era a mandioca, que foi descrita como sendo usada cozida, em farinha ou em forma de pão. Além da mandioca, Cascudo fala dos palmitos, frutas e da caça. Segundo o autor, os indígenas não tinham criações de animais para alimentação, toda proteína animal era vinda da caça. O alimento era assado, tostado ou cozido, principalmente as carnes, mas também aqueciam as bebidas antes de servir, mesmo que já tivessem sido fervidas anteriormente. Sobre o tempero, não era usado sal, nem ervas, mas usavam muito a pimenta.

Sobre a agricultura Guarani, um estudo da CTI com a Município de São Paulo, conta um pouco sobre a prática desde de a época pré colonial.

(...) os Guarani valorizam tanto o policultivo, seja entre espécies distintas relacionadas por zonas, seja na modalidade de consórcio. E pela mesma razão, eles valorizam sobretudo possuir uma grande variedade de sementes, que lhes permitam trocar com os parentes, próximos ou distantes. (CTI e Município de São Paulo, 2020. p. 17).

Ainda segundo o estudo não há, como saber com precisão as características da produção agrícola dos Guarani dos séculos passados. O que se sabe é que a agricultura guarani se caracterizava pela abundância e diversidade, que acabaram sustentando experiências históricas, como as missões jesuíticas por exemplo.

4.1. FOME DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

Apesar do direito à alimentação adequada ser previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal, sabemos que existe fome em nosso país. A fome é, segundo Verdum (2012, p.130), a incapacidade ou impossibilidade de uma sociedade ou grupo social de atender, de forma adequada, às suas demandas alimentares (incluindo água). Ainda, segundo ele:

O conceito de fome pode comportar uma diversidade de significados: pode ser utilizado para indicar ou um grande apetite de comer um determinado alimento ou uma urgência de ingestão de alimentos, pode também estar indicando uma subalimentação ou, quem sabe, a falta do necessário, a penúria ou a miséria. Pode também reforçar relações de poder e colonialismo. (Verdum (2012, p 132)

Existem muitos estudos e pesquisas sobre a fome no Brasil, um exemplo é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, divulgada em setembro de 2020. Segundo ela, 10,3 milhões de brasileiros passavam fome entre 2017 e 2018 (período do levantamento), ou seja, 5% da população. Isso significa um aumento de 3 milhões de pessoas sem acesso normal a refeições em 5 anos. Esses dados não contam a população em situação de rua, o que torna o número ainda mais assustador.

No contexto indígena, esse estudo se mostra de maior complexidade, já que, para a população não indígena são usados parâmetros de renda familiar, o que seria um dado pouco eficaz para a identificação da fome entre os indígenas. Além de outros

fatores de complicação para esse tipo de estudo, é preciso atentar para a sazonalidade do plantio de alimentos, da caça e da coleta.

O primeiro estudo sobre a fome entre os indígenas é o “Projeto Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil” realizado em 1994. Ele foi elaborado a partir da análise de um conjunto de informações fornecidas pelos entrevistados: a afirmação de fome ou não, os indicadores sobre a saúde da comunidade, as bases alimentares e a dieta, o tamanho do território, a qualidade do meio ambiente (qualidade da terra para o plantio, água etc.), a forma de incidência da fome (ocasional, sazonal, permanente) e a parcela da população afetada, quais eram os excedentes e se haviam. O resultado desse estudo foi que pelo menos 28,27% da população indígena no Brasil estava em situação de insegurança alimentar, dentro de insegurança alimentar estão a fome/ carência alimentar, fome sazonal e dificuldades sazonais.

Esse estudo foi apresentado na 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1999, quando foi realizado um debate envolvendo representantes de organizações governamentais e não-governamentais, representantes indígenas e delegados da Conferência. A partir do estudo, foram tiradas algumas conclusões sobre como garantir a segurança alimentar dos povos indígenas no Brasil, dentre elas, destacamos as mais relevantes:

- a demarcação imediata de todas as terras indígenas;
- que as demarcações sejam realmente garantidas, protegidas e respeitadas pelo Estado e pela sociedade brasileira;
- que, no traçar de seus planos e projetos de desenvolvimento, o Estado reconheça e respeite os territórios indígenas como unidades sócio-políticas;
- que seja executada uma reforma agrária que resolva o problema da fome e da miséria de milhões de brasileiros, respeitando os direitos indígenas sobre seus territórios e recursos naturais neles existentes;
- que haja uma reformulação da política e do órgão indigenista de forma a que os povos indígenas possam realmente ser sujeitos de sua história.

A partir dessa reunião, deu-se início ao segundo estudo sobre o Mapa da Fome Indígena, divulgado em 1996. Esse estudo detectou que: 106.764 indígenas tinham dificuldades para garantir satisfatoriamente o seu sustento alimentar e isto acontecia em 66.67% das terras indígenas.

Os estudos chegaram à conclusão de que estas situações de insegurança alimentar estavam relacionadas a quatro grandes questões, segundo Verdum (2012):

- (1) a extensão dos territórios (terras indígenas) garantidos efetivamente pelo Estado;
- (2) a qualidade do ambiente natural no interior desses territórios e entorno;
- (3) a invasão destes territórios por não-indígenas;
- (4) as políticas governamentais de desenvolvimento regional que induzem mudanças nos padrões de ocupação territorial e de exploração dos recursos naturais;

Em 2014, o problema da insegurança alimentar dos povos indígenas no Brasil voltou a chamar atenção e virou pauta da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que reconheceu o sucesso do Brasil nas políticas de combate à pobreza e à fome, mas ressaltou a insegurança alimentar ainda sofrida pelas populações indígenas no país.

Em 2016, um estudo da Rede de Ação e Informação pelo Direito a se Alimentar (FIAN) com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), realizado em três comunidades Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul – Guaiviry, Apyka'i e Kurusu Ambá, mostrou que 100% das famílias estudadas encontravam-se em algum grau de insegurança alimentar e nutricional.

Ainda em 2016, foi lançado o 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2016-2019) que, apesar de não fazer um diagnóstico, apresentava um conjunto de ações do governo federal para garantir a segurança alimentar e nutricional, com políticas públicas e ações específicas para a população indígena. Entre outras medidas, o plano visava dar acesso à população indígena a políticas públicas como o Bolsa Família. O texto traz também como pauta as demarcações de terras indígenas e apresenta como meta “constituir 6 reservas indígenas para atender os casos de maior vulnerabilidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras” (CAISAN, 2011), além de delimitar 25 terras indígenas.

5. ALIMENTAÇÃO INDÍGENA HOJE

Com base em entrevistas semiestruturadas e estruturadas, consegui conhecer quais os principais alimentos consumidos por algumas tekoas do Brasil. Falei com quatro pessoas de diferentes territórios indígenas, duas delas da cidade de São Paulo

(Yamani Kâbara e Jera Poty), um do Kariri (Kiriguaçu Ibiaçá), e um que veio da Amazônia e hoje mora no Rio de Janeiro (Carlos Tukano Doethyró). Primeiro precisamos admitir a existência de diferenças entre a alimentação das populações indígenas por conta de etnia, região e costumes, além da diferença entre os indígenas que vivem nas cidades ou nas aldeias.

A base mais comum presente entre as falas foi a Mandioca e o Milho, além da carne, seja de caça ou comprada. Também foram citadas a batata doce, farinha de beiju, arroz, feijão, farinha comprada, verduras e legumes plantados na própria aldeia e muitos itens de cesta básica. A erva mate foi citada apenas uma vez como alimento, pois é considerada sagrada e feminina - em alguns locais existe um ritual de ano novo (a primeira chuva de agosto) em que eles fazem um bolinho de erva mate que representa as crianças e penduram nas casas. Quanto às bebidas, eles citaram o chimarrão e uma bebida de milho sem açúcar.

Segundo Carlos Tukano Doethyró:

[a base alimentar] depende da região, temos dois tipos de separação, os aldeados e os urbanos. Basicamente os aldeados continuam com o costume da mandioca, farinha beiju e milho e no contexto urbano tem uma mistura maior por conta da falta de área para plantar então a comida vira arroz feijão e farinha comprada. (Depoimento obtido em entrevista em novembro de 2020).

O significado do alimento para a população indígena é mais do que o de alimentar o corpo. A partir das entrevistas, pudemos ver a sua importância em relação à própria tradição. Para eles, quem planta e colhe, por sua vez alimenta o corpo e o espírito, principalmente por existir uma conexão entre o alimento que vem da mãe terra com os ancestrais, e pelo fato de seus saberes serem mantidos também por meio do cultivo e do preparo do alimento. “Você pode adquirir outros hábitos, mas não deixa de ser índio” (Carlos Tukano Doethyró), e comer a farinha, mesmo que tenha uma alimentação baseada em arroz e feijão, já ajuda a manter a tradição. Além desse fator de conexão, é do alimento que eles tiram energia pra luta.

5.1. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NAS TEKOAS ENTREVISTADAS

Voltando ao início deste capítulo, falávamos da Mandioca como principal alimento indígena quando da chegada do colonizador e hoje isso não mudou tanto assim. Nas entrevistas, pude perceber que a Mandioca era bem citada, assim como o Milho e o Feijão, que chegam a aparecer mais vezes. Itens como arroz e feijão não estão no cardápio original das comunidades indígenas, mas foram inseridos por conta da mistura cultural e da falta de espaço para plantio nas aldeias.

Dos produtos alimentícios citados e indicados no gráfico abaixo, os que são mencionados como sendo plantados nas aldeias são: Milho, Batata Doce, Banana Verde, Mandioca, Plantas Medicinais, Fumo de Corda, Erva Mate, Feijão, Algodão Abóbora, Verduras e Legumes. O arroz e a farinha são itens comprados, a alternância entre a carne comprada e a de caça depende da temporada e tem também alguns itens como sal, açúcar e óleo, que são consumidos por estarem dentro de cestas básicas doadas às aldeias.

Os núcleos familiares têm suas próprias roças, mas geralmente todos participam no trabalho e na manutenção das roças coletivas. O plantio é realizado (mas não estritamente) pelos homens das aldeias, as mulheres ficam responsáveis pelas preparações dos alimentos. Nas roças hoje da TI Tenondé Porã eles voltar aos costumes como Jera Poty fala nesse trecho da entrevista:

Hoje temos 11 aldeias [na TI Tenondé Porã], e tirando as duas mais antigas, todas as novas estão trabalhando bastante para resgatar as sementes tradicionais, as práticas dos saberes com o modo de plantar Guarani. Algumas estão mais avançadas, como Kalipety que tem uma variedade de batatas doce e de milho. E a aldeia Tekoa Porã, onde a comunidade está bem empenhada para concretizar o objetivo de conseguir de volta a autonomia alimentar. (Trecho de entrevista coletada em Novembro de 2020)

Existe uma preocupação em garantir o sustento das crianças e dos semelhantes a longo prazo, com o cultivo sustentável e a preservação do ambiente. Por isso a caça é realizada em pouca quantidade para preservar o equilíbrio ambiental, a plantação é toda livre de insumos agrícolas, não utilizam o fogo como limpeza para o próximo cultivo, além de fazerem a rotatividade das terras para o

plantio, que garante a saúde do solo e assim garante o uso do espaço por muito mais tempo.

O conhecimento do plantio é passado de geração para geração através do ensinamento entre familiares e escola (no caso da TI Tenondé Porã). Além desse ensinamento eles utilizam da troca de alimentos como forma de diversificação da alimentação, o que exemplifica a manutenção de redes de conhecimentos e troca de saberes e alimentos.

A capacidade de compartilhar alimentos, bem como o espaço ao redor do fogo (tatapy rupa)⁷, os mutirões, caracterizado pela prática de realizar trabalhos para os demais, de compartilhar ensinamentos por meio de palavras e de ações, e tudo mais que envolve produzir coletivamente um território, é a virtude mais enaltecida de uma liderança guarani. (CTI e Município de São Paulo, 2020. p. 19)

No estudo realizado pela CTI e Município de São Paulo sobre a produção agrícola da TI Tenondé Porã, avaliaram em termos de agrobiodiversidade, que nas 81 roças, foram encontrados pelo menos 190 espécies entre hortaliças, culturas anuais e perenes, arbustivas e arbóreas, isso apenas nas áreas dos roçados, em considerar outras áreas do entorno nas aldeias utilizadas para coleta.

Figura 11 Foto de uma plantação na TI Tenondé Porã, aldeia Kalipety



Foto por: Deyse Marques 29.09.2018 Aldeia Kalipety

Figura 12 Número de vezes em que é citado nas entrevistas

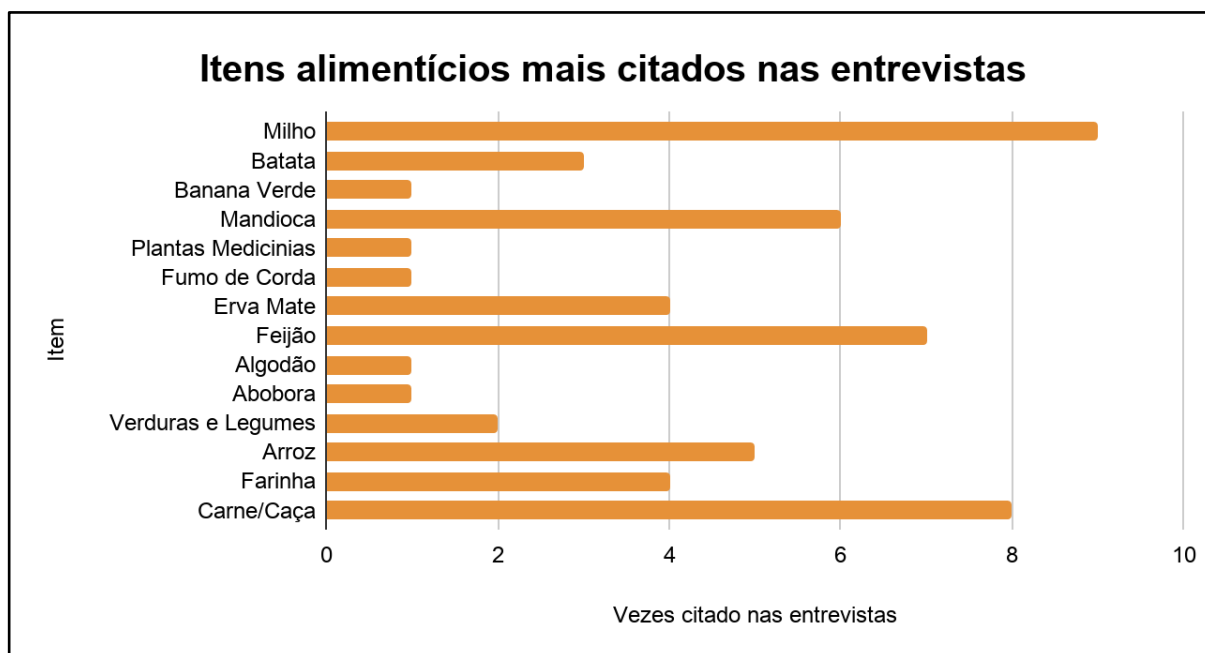


Tabela elaborada por Amanda Martins

Observando essa base alimentar, podemos perceber uma semelhança com as tradições mostradas por Cascudo (2011) em “História da Alimentação no Brasil”, mas vemos também a introdução de alguns alimentos.

A introdução de alimentos não tradicionais como arroz, macarrão, carnes embutidas, bolachas e doces se dá por vários fatores. O primeiro que podemos citar é o avanço da tecnologia e contato direto da população da cidade com os indígenas aldeados, essas relações despertam a curiosidade nos mais jovens conforme o fato contado pela YAMANI KÃBARA em uma das entrevistas. Ela disse que hoje na aldeia do Jaraguá as crianças, muitas vezes, querem fazer festa de aniversário (mesmo não sendo de sua cultura), mas não querem alimentos tradicionais para a festa, querem doces, bolos, salgadinho etc.

Outra questão importante para essa mudança de hábito é a falta de espaço para o plantio e a caça. Em locais muito pequenos, o roçado não dá conta de alimentar toda a população aldeada. Por isso, os aldeados recorrem ao artesanato como fonte de renda para a compra de alimentos, que nem sempre são os tradicionais da alimentação indígena. Muitas vezes compram alimentos ultraprocessados, por conta da publicidade e dos preços mais baixos.

Figura 13 Foto de artesanatos para vender em uma visita a TI Tenondé Porã



Além da compra, chegam doações da FUNAI e de outros parceiros nas aldeias. Mas, conforme todos os relatos, o alimento chega em cestas básicas com arroz, feijão, macarrão, açúcar, farinha de trigo e outros produtos que não fazem parte da tradição indígena. Somente em uma pequena parte dos casos, chegam também verduras e legumes.

Os problemas enfrentados por essa introdução de alimentos não tradicionais são muitos, mas podemos destacar a descaracterização cultural e possíveis problemas de saúde associados à má alimentação.

No primeiro caso, precisamos entender um pouco da relação dos povos indígenas com o alimento para entrar na questão cultural. Por exemplo, ao perguntar para os entrevistados qual era a importância do alimento e a diferença entre a comida produzida na aldeia e comprada, obtive as seguintes respostas:

Yamani Kãbara: “O gosto é diferente, o orgânico e o com agrotóxico, o preparo também difere (...) As coisas que vêm da terra têm espírito, começamos o período de plantio no ano novo, temos um milho que é só do guarani, rezamos para plantar e para comer. Todas as árvores, animais, rio, vento, são vivos. Pois NHANDERU o criador que criou.” (anexo 1)²

Doethyró: “Existe uma diferença, por exemplo, para fazer o peixe o jovem da cidade acha estranho o jeito de fazer esse peixe. Ele não vai querer comer. Até os 20 anos eu não comia arroz e feijão. Chamam de comida de padre, pois os missionários que chegavam lá comiam. Prefiro a comida da aldeia, as frutas silvestres, o peixe assado. O Açaí, por exemplo, ninguém conhecia, hoje misturam com muita coisa. (...) Manter a troca de saberes, não deixa de comer a farinha, apesar de comer arroz e feijão.” (anexo 2)

Kiriguaçu Ibiaça: “Os alimentos produzidos tem o nosso suor, tem nossa energia, são mais saudáveis pois não usam venenos. Os comprados, a gente compra por necessidade mesmo, mas muitos compram muitas vezes sem querer comprar (...) A importância que o alimento tem para nós é enorme, pois dele nós tiramos a energia pra luta, e outra, por eles terem ligação com os ancestrais. São parte da mãe terra, importante para nossa subsistência.” (anexo 3)

² As entrevistas encontram-se reproduzidas na íntegra nos anexos.

Jera Poty: “Produzidos na própria aldeia, alimentam o corpo e o espírito. E o que vem de fora não, ele alimenta e ao mesmo tempo traz doenças para as pessoas. (...) A importância que se tem é em relação à nossa própria tradição, os que plantamos e colhemos, os mesmos que por sua vez alimentam o corpo e o espírito, como os pratos derivados das variedades de milhos. Por isso os mais velhos falam que a alimentação dos brancos é alimento morto, pois plantam com veneno. É que adoece o corpo mais cedo e rápido.” (anexo 4)

Essas respostas me fizeram entender alguns aspectos da relação do povo indígena com a comida.

Já sobre o segundo fator, vou me basear no Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde de 2014 para mostrar como a mudança na alimentação pode afetar a saúde dos indivíduos.

O Guia defende que a alimentação é bem mais que a ingestão de nutrientes e leva em consideração as dimensões culturais e sociais das práticas alimentares.

Por olhar de forma abrangente a alimentação e sua relação com a saúde e o bem-estar, as recomendações deste guia levam em conta nutrientes, alimentos, combinações de alimentos, preparações culinárias e as dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. (Ministério da Saúde, 2014)

O Guia aponta que existe uma relação, principalmente nos países em desenvolvimento, entre a mudança na alimentação envolvendo aumento de alimentos processados e o crescimento no número de indivíduos com obesidade, desnutrição, diabetes, hipertensão (pressão alta), doenças do coração e certos tipos de câncer. Ele não apresenta dados específicos sobre a população indígena, mas leva em consideração sistemas de produção agrícola, tamanho da propriedade e poder de decisão de quem planta, além da autonomia do indivíduo de decidir o que comer.

A constituição da autonomia para escolhas mais saudáveis no campo da alimentação depende do próprio sujeito, mas também do ambiente onde ele vive. Ou seja, depende da capacidade individual de fazer escolhas de governar e produzir a própria vida e também de condições externas ao sujeito, incluindo a forma de organização da sociedade e suas leis, os valores culturais e o acesso à educação e a serviços de saúde. (Ministério da Saúde, 2014, p.22).

O Guia recomenda que, para se ter uma alimentação saudável, a base da alimentação deve ser composta por alimentos in natura ou minimamente processados como legumes, verduras, arroz, feijão, raízes e outros alimentos de origem vegetal. Essa base é a que encontrávamos a um tempo atrás nas comunidades indígenas brasileiras. Hoje existe um aumento na ingestão de alimentos processados e ultraprocessados que, a médio e longo prazo, podem aumentar a incidência de doenças já citadas.

6. ALIMENTAÇÃO INDÍGENA NA PANDEMIA

A crise que a pandemia de COVID-19 trouxe coloca em evidência a vulnerabilidade alimentar que já existe há muito tempo entre os povos indígenas. Principalmente em casos de aldeias inseridas em contextos urbanos, o fechamento de comércios locais, a pausa no turismo e nas vendas de artesanato, além da perda de emprego de alguns jovens que trabalhavam fora da aldeia e tiveram que se isolar, prejudicaram muito o acesso aos alimentos que não são plantados na própria aldeia, seja por falta de dinheiro ou pela dificuldade de acesso a locais para a compra.

Se lembrarmos de temas já discutidos como o pequeno espaço que algumas aldeias têm para o plantio, conseguimos perceber quão grave tem sido a insegurança alimentar dos povos indígenas durante a pandemia do COVID-19. Nesse período, essas pessoas têm se tornado cada vez mais dependentes de cestas básicas e doações.

Como se não bastasse toda essa crise, em novembro de 2020 o presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier da Silva, assinou um memorando proibindo viagens de servidores a terras indígenas não homologadas ou regularizadas. Mas é justamente nesses locais, marcados por conflitos e invasões de terras, onde existem mais casos de fome e subnutrição.

7. CONCLUSÃO

A minha hipótese inicial era que existe alguma relação entre a área delimitada e a potencialidade da soberania alimentar nesses povos, além da existência de uma rede de compartilhamento e de transmissão de saberes agrícolas, entre gerações e entre aldeias.

A estratégia usada para chegar às conclusões deste trabalho foi falar com as pessoas envolvidas no assunto, ou seja, os próprios grupos indígenas do Brasil, além de pesquisar artigos e livros que me dessem um histórico sobre as aldeias estudadas, sobre a alimentação indígena e sobre os conceitos utilizados.

Foi de extrema importância entender o contexto histórico e traçar a linha do tempo até hoje para saber como chegamos até a situação atual, em relação à alimentação indígena no município de São Paulo. Alguns aspectos foram destacados para dar suporte a essa análise: a demarcação das TI's e suas dimensões, a discussão sobre a fome e a soberania alimentar no Brasil e no mundo e sobre a introdução de alimentos não indígenas na alimentação dessas populações.

Além desse contexto histórico, pudemos conhecer as experiências das aldeias indígenas da cidade de São Paulo e de outros locais do país, apesar da pequena aproximação com as aldeias devido à pandemia, as entrevistas foram muito reveladoras, mostraram que as condições de alimentação nas aldeias são precárias e que várias questões precisam ser revistas pelas autoridades para que os grupos indígenas estudados alcancem ao menos a segurança alimentar. Na TI do Jaraguá, por exemplo, o espaço que eles têm hoje é insuficiente para a subsistência daquela população e a luta por uma terra maior é validada pelos desafios apresentados em relação à alimentação, sem contar tantos outros desafios (saneamento básico, espaço para manifestações culturais etc.).

Houve um estranhamento ao se perceber que os produtos do extrativismo quase não foram citados nas entrevistas. Os motivos para isso são desconhecidos, mas pode-se considerar um indicador de que a atividade extrativista esteja provavelmente prejudicada, seja pelo espaço pequeno da T.I. que ocupam, ou pelos desencontros que existem entre as restrições determinadas pela gestão de unidades de conservação situadas nos limites das aldeias e os interesses das populações

indígenas próximas. Apesar dessas suposições ou hipóteses, resta ainda uma pergunta a ser respondida: “como e qual é a participação do extrativismo para a soberania ou a autonomia alimentar das populações indígenas do município de São Paulo?”

Portanto, são vários os fatores que podem contribuir para a insegurança e falta de soberania alimentar das populações indígenas de São Paulo. Porém, conforme pudemos ver a partir dessa pesquisa, alguns deles se destacam como: a falta de espaço para o plantio e a introdução de hábitos relacionados à alimentação urbana industrial. Mas esse assunto é extremamente amplo e pede uma pesquisa muito maior e mais próxima das comunidades para esgotar todas as possibilidades.

8. REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar** REVISTA NERA – ANO 13, Nº. 16 – JANEIRO/JUNHO DE 2010.

ATHILA, Adriana Romano; LEITE, Maurício Soares. “A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 36, n. 10, e00208019, 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020001005001&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Jan. 2021.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral . **Estudo do conceito e percepção de segurança alimentar e nutricional entre os Guarani no estado de São Paulo**. In: Roberto Teixeira Mendes; Roberto Vilarta; Gustavo Luis Gutierrez. (Org.). Qualidade de Vida e Cultura Alimentar. 01ed.Campinas: IPES, 2009, v. , p. 167-173.

Brasil, **Diário Oficial da União**. Publicado em: 21/08/2017, edição: 160, seção: 1, página: 21 Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública/GABINETE DO MINISTRO.

Câmara Interministerial de **Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015. -- Brasília, DF: CAISAN, 2011

CASCUDO, Luís da Câmara, **A história da Alimentação no Brasil** Global Editora; Português edição (1 janeiro 2011).

Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**).

CHONCHOL, J. A soberania alimentar . **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10092>. Acesso em: 17 fev. 2021.

Comissão Pró-Índio de São Paulo e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos “**A Cidade como Local de Afirmação dos Direitos Indígenas**” São Paulo, maio de 2013 1ª edição.

FARIA, Camila Salles de. **A luta Guarani pela terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2016.tde-03032016-142809. Acesso em: 2021-03-13

FELIPIM, Adriana Perez. **O Sistema Agrícola Guarani Mbyá e Seus Cultivares de Milho: Um Estudo de Caso na Aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, Município de Cananéia, SP**. Tese de Mestrado da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11142/tde-04062002-085431/publico/adrianafelipim.pdf>> Acess on .10.dez 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano e PEREIRA, João M. Mendes. **Desenvolvimento territorial e questão agrária**, Editora UNESP, 2016. Brasil, América Latina e Caribe.

FRANCESCHINI, Thaís. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição do povo Guarani e Kaiowá: um enfoque holístico** – Resumo Executivo– Brasília: FIAN Brasil, 2016. 87 p.

FRONCHETI, Alceu e ZAMBERLAN, Jurandir. **Agroecologia: Caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente** 1ª edição, 2012

FUNAI, História e cultura Guarani <<http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/1947-historia-e-cultura-guarani#>> Acess on 23 nov 2020

FUNAI, ÍNDIOS NO BRASIL/TERRAS INDÍGENAS. Modalidades de Terras Indígenas <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acess on 23 nov 2020

Giordani, Rubia Carla Formighieri. **Comportamento alimentar entre os Guarani: cultura e alimentação.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012

HARARI, Isabel .Terra Indígena Jaraguá, em São Paulo (SP), é declarada pelo Ministério da Justiça. **ISA**, 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/terra-indigena-jaragua-em-sao-paulo-sp-e-declarada-pelo-ministerio-da-justica#:~:text=No%20pr%C3%B3ximo%20dia%2018%2C%20quinta,no%20v%C3%A3o%20livre%20do%20Masp.&text=A%20TI%20Jaragu%C3%A1%20foi%20reconhecida,a%20menor%20TI%20no%20Brasil.>>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2020.

IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2004/2009.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010. 19.

ISA, Povos Indígenas no Brasil: Guarani Mbya <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya#Hist.C3.B3ria.2C_nomes_e_lugares> Acess on 01 de set 2020

ISA, Terras Indígenas do Brasil <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3707#demografia>> Acess on 15 out 2020

LADEIRA, Maria Inês. Espaço Geográfico Guarani-mbya: significado, constituição e uso, 2001. Tese de Doutorado em Geografia Humana – FFLCH/ Universidade de São Paulo - USP

LADEIRA, Maria Inês. Espaço Mbya entre as águas ou caminho aos céus - os índios Guarani no litoral do Paraná - CTI. 1990.

MACEDO, Valéria “Alimento morto” e os donos na cidade: comensalidade e alteridade em uma aldeia guarani em São Paulo », Etnográfica [Online], vol. 23 (3) | 2019, Online desde 28 novembro 2019, consultado em 17 fevereiro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/7247>

MELO, Juliana. **Identidades fluidas: ser e perceber-se como Baré (Aruak) na Manaus Contemporânea**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2009, p. 76

Ministério da Saúde: **Guia Alimentar para População Brasileira** promovendo a alimentação saudável. Normas e manuais técnicos: Brasília, **2014**. 5) BRASIL. Lei 11.346 / 2006.

NASCIMENTO, Adir Casaro e VIEIRA, Carlos M. Naglis. **O ÍNDIO E O ESPAÇO URBANO: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade**. Cordis. História: Cidade, Esporte e Lazer, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015. ISSN 2176-4174.

Os agricultores guarani e a atual produção agrícola na terra indígena Tenondé Porã, Município de São Paulo /organização Keese dos Santos, Lucas & Oliveira,

José Eduardo.--1.ed.--São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo -Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU),2020

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; FERNANDES, Florestan. **Urbanizacao e tribalismo: a integracao dos terena numa sociedade de classes**. 1966.Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

Projeto MapBiomas – **Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**, acessado em julho de 2020 através do link: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>

Resenhas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 12, n. 2, p. 271-274, June 1996. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1996000200017&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Jan. 2021.

SANTOS, Ricardo Ventura; PONTES, Ana Lucia; COIMBRA JR., Carlos E. A.. Um “fato social total”: COVID-19 e povos indígenas no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 36, n. 10, e00268220, 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020001000201&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Feb. 2021. Epub Oct 02, 2020.

SILVA, Gilberto, F. PENNA, Rejane. CARNEIRO, Luís Carlos C. **RS Índio: cartografias sobre a produção do conhecimento**, EDIPUCRS 1ª Edição, Porto Alegre, 2009

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais**. Horiz. antropol., Porto Alegre , v. 8, n. 18, p. 211-253, Dec. 2002. Available from : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de Julho 2020.

TERRAS INDÍGENAS. CIMI, 2016. Disponível em: <<https://cimi.org.br/terras-indigenas/>>. Acesso em: 18, outubro de 2020

WILL, Karhen Lola Porfirio. **GENOCÍDIO INDÍGENA NO BRASIL**, Universidade de Coimbra, 2014.

VERDUM, Ricardo . Mapa da Fome entre os Povos Indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil. **Sociedade em Debate** (UCPel) , v. 9, p. 104-121, 2004.

ZANOTTO, Rita. **Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina: experiências no Brasil e na Bolívia**. Tese de Mestrado para a Universidade do Estado de São Paulo. 2017 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/153897>> Acess on: 30 jul, 2020

9. GLOSSÁRIO

Tekoá ou Tekohá: aldeia Guarani.

Nhanderu: Criador do mundo segundo a crença Guaraní.

Tipá: Pão sem fermento de trigo, Guaraní.

Rorá: é como um cuscuz de fubá, Guaraní.

Terras Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi reconhecida por decreto federal.

Alimentos Ultraprocessados: produtos que estão prontos para consumo, necessitando de aquecimento ou não, são formulações industriais compostas inteiramente ou majoritariamente com substâncias extraídas de alimentos.

10. ANEXOS

ANEXO 1:

Entrevista Semi-estruturada 1:

YAMANI KĀBARA, 30 anos, casada. Pataxó. Mora na aldeia do Jaraguá pois casou com um morador de lá.

O que é que vocês comem?

Base é milho e mandioca, mas também comem batata doce, palmito, minhoca do palmito, carne de caça e peixe (carne de açougue comem pouco), não pode caçar e pescar nos períodos de reprodução, erva mate (sagrada e feminina - tem um ritual de ano novo que para eles é na primeira chuva de agosto que eles fazem um bolinho de erva mate que representa as crianças e penduram nas casa. De bebida tem o chimarrão e uma bebida de milho sem açúcar. Hoje em dia os jovens têm nojo das larvas.

Incorporaram o trigo no Tipá.

Qual a importância do alimento para vocês?

As coisas que vem da terra tem espírito, começamos o período de plantio no ano novo, temos um milho que é só do guarani, rezamos para plantar e para comer.

Todas as árvores, animais, rio, vento são vivos. Pois NHANDERU o criador que criou.

Com a pandemia quais as dificuldades para conseguir alimento?

Recebem cesta básica da FUNAI (arroz, feijão, farinha, açúcar, café, macarrão), apoiadores como MST Irmã Alberta levam hortaliças, frutas. Dividem essas doações muitas vezes, mas isso é paliativo, já que o ideal seria que tivéssemos espaço para plantar.

Gostaria de saber, de maneira geral, como é feito o plantio na aldeia (quem planta, onde planta (há prática de rotação de terra? usa fogo / coivara? tem que respeitar alguma restrição externa à aldeia com a de órgãos ambientais quando

são comunidades próximas a unidades de conservação?), qual a distribuição do trabalho nessa atividade ao longo do ano, quais são os métodos e o que plantam mais). (a pergunta só deve ocorrer depois de saber se eles plantam.)

Povo ticuna é o maior povo indígena, o segundo maior é o guarani, mas têm a menor TI homologada do País, falam que é aldeia urbana, mas não é, é uma aldeia de resistência.

Perto daqui tem um aterro sanitário que é 20 vezes maior que a nossa terra. No pico do Jaraguá tem mais de 30 nascentes. Vários se denominaram donos ao longo dos anos, mas são donos falsos, o último dono cultivava Boi, as plantas que o boi comia infestam as matas nativas. Plantaram eucalipto perto dos rios, e agora estamos recuperando essa área. Estamos com três lagos por conta dessa recuperação.

Têm um espaço para plantar, mas tem trabalho com a terra que não está boa. Estimamos três anos para termos peixes e temos um projeto de ampliar as hortas.

Arroz, feijão, mistura e salada.

Pelos ataques que sofremos (Luta contra a construtora TENDA que ia derrubar várias árvores ao lado da aldeia).

Vocês como aldeia inserida no Estado de São Paulo participam de alguma rede de compartilhamento de sementes ou saberes sobre o plantio? Se sim, quais?

De pai para filho, compartilhamento dentro da aldeia e outras aldeias próximas. Doação compartilhamos mais longe. Mas por sermos nômades então a rede existe mais por isso.

A minha avó conta que tudo que vocês chamam de floresta são os nossos jardins, uma semente que um ancestral plantou hoje pode ser uma grande árvore.

Existe alguma prática de ensino para as novas gerações sobre os cultivos? O cultivo tem o interesse dos jovens?

Adolescentes estão mais difíceis, mas as crianças gostam mais, é da tradição a criança plantar, pela pureza e força do crescimento.

Vocês vendem seu cultivo, ou ele é apenas para os integrantes da aldeia?

Não vende, não tem espaço para plantar excedente e tem burocracia para vender o produto in natura.

Vocês compram muita comida de fora? Em mercados, mercearias etc?

Compramos, mas não muita, pois plantamos e recebemos as doações com esses alimentos de fora.

Vocês trocam ou vendem entre as famílias os alimentos que produzem?

Sim, trocamos, por exemplo não temos Erva mate hoje na aldeia então para fazer o ritual da erva mate buscamos em outra aldeia.

Qual a diferença entre os alimentos produzidos e os comprados?

O gosto é diferente, o orgânico e o com agrotóxico, o preparo também difere. Nós temos um bolinho (parecido com o bolinho de chuva nos ingredientes, mas sem açúcar) chamado TIPÁ de preguiçoso, quando se faz com a massa mais consistente de abrir com a mão é o TIPÁ. O RORÁ é como um cuscuz de fubá, comemos também polenta e farofa de feijão. Dependendo do preparo já muda o nome, às vezes com os mesmos ingredientes se assar é uma coisa se fritar já é outra.

Hoje as crianças pedem aniversários - comida de aniversário, não é da cultura indígena.

Festas importantes: ano novo, ritual de nome em janeiro, o pajé ouve o nome do espírito da criança só a partir de um ano.

ANEXO 2:

Entrevista Semi-estruturada 2:

Nome: Carlos Tukano (Doethyró - primogênito)

Idade: 60

Etnia: Tukano (Alto Rio Negro-Amazônia) Representa os indígenas do Rio de Janeiro presidente da Associação Indígena Aldeia Maracanã

Onde mora: Rio de Janeiro

O que é que vocês comem?

Dependendo da região, temos dois tipos de separação, os aldeados e os urbanos. Basicamente os aldeados continuam com o costume da mandioca, farinha beiju e milho e no contexto urbano tem uma mistura maior por conta da falta de área para plantar então a comida vira arroz, feijão e farinha comprada.

Qual a importância do alimento para você?

Língua, tradição e rituais. Manter a troca de saberes não deixa de comer a farinha, apesar de comer arroz e feijão. Você pode adquirir outros hábitos, mas não deixa de ser índio, o meio de transporte é diferente, por conta da tecnologia, mas continuam sendo índios. A língua por exemplo: é língua, não dialeto. No Brasil temos 276 línguas em 306 etnias. Só na Amazônia temos 90 etnias isoladas. O índio não tem religião, tem crença.

Com a pandemia, quais as dificuldades para conseguir alimento?

Pro Rio de Janeiro, não é a primeira pandemia, pois tiveram sarampo e outras doenças de branco. O plantio geralmente é para consumo próprio e a arte também serve para troca, além de venda. Os guaranis da costa do Rio de Janeiro (Paraty, Angra dos Reis etc) estão em um local com muita pedra e não tem o que caçar e plantar.

O governo tem feito muito essa parte de assistência e tentativa de demarcação (os vizinhos são muito perigosos e sufocam as comunidades).

Essa pandemia levou muitos jovens, lideranças, 16 mil já morreram entre lideranças indígenas. Usam as ervas medicinais como o breu branco e breu preto para manter o pulmão limpo.

Gostaria de saber, de uma maneira geral, como é feito o plantio na aldeia (quem planta, onde planta (há prática de rotação de terra? usa fogo / coivara? tem que respeitar alguma restrição externa à aldeia como a de órgãos

ambientais quando são comunidades próximas a unidades de conservação?), qual a distribuição do trabalho nessa atividade ao longo do ano, quais são os métodos - o trabalho é realizado de forma coletiva entre membros da aldeia, por unidade familiar ou outras formas associativas - e o que plantam mais). (a pergunta só deve ocorrer depois de saber se eles plantam.)

Coivara o homem que faz, o plantio é das mulheres e limpeza é geral.

A mandioca e a subsistência. Em SP tem aldeias plantando a mais para dar para as aldeias que não tem como plantar.

O índio depende da caça e da pesca, não tem uma renda, então precisa da área de plantio.

Vocês como aldeia inserida no Estado de São Paulo participam de alguma rede de compartilhamento de sementes ou saberes sobre o plantio? Se sim, quais?

Em São Paulo tem uma troca de plantio, ele tem uns vídeos de redes.

Como se dá a transmissão dos conhecimentos relativos à produção e manejo dos alimentos para as novas gerações? O cultivo tem o interesse dos jovens?

O jovem de hoje tem o interesse, mas é uma preocupação formar novas lideranças indígenas, pois os jovens se perdem um pouco na tecnologia.

Ter um centro de referência da cultura viva dos povos indígenas, associação aldeia maracanã ficará onde hoje é a Funai capacitar o indígena para o mercado de trabalho.

Qual a diferença entre os alimentos produzidos e os comprados?

Existe uma diferença. Por exemplo, para fazer o peixe o jovem da cidade acha estranho o jeito de fazer esse peixe. Ele não vai querer comer. Até os 20 anos eu não comia arroz e feijão, chamam de comida de padre, pois os missionários que chegavam lá comiam.

Prefiro a comida da aldeia, as frutas silvestres, o peixe assado, o Açaí por exemplo, ninguém conhecia, hoje misturam com muita coisa.

ANEXO 3:

- Entrevista Semi-estruturada 3:

Nome: Eduardo Barbosa (Kiriguaçu Ibiaça Kariri Quixelô)

Idade: 24 anos

Etnia: Kariri Quixelô

Papel na comunidade indígena: Cacique

Onde mora: entre Cidade e comunidade

O que é que vocês comem?

Nossa alimentação boa parte vem da agricultura familiar, mas produtos que não se plantam aí temos que buscar na cidade. Ex: Feijão, Mandioca, milho, frutas, verduras, caça. Todo alimento que a terra dá a gente come.

Qual a importância do alimento para você?

A importância que o alimento tem para nós é enorme, pois dele nós tiramos a energia pra luta. E outra por eles terem ligação com os ancestrais. São parte da mãe terra Importante para nossa subsistência.

Com a pandemia, quais as dificuldades para conseguir alimento?

Foram muitas as dificuldades, principalmente quando se fechou o comércio e os transportes, a comunidade ficou totalmente isolada, ficamos dependentes apenas de doações de algumas pessoas e organizações.

Na comunidade onde você vive é feito o plantio de alimentos para uso próprio?

Sim, as famílias produzem a maior parte daquilo que consomem.

Se sim gostaria de saber, de uma maneira geral, como é feito o plantio (quem planta, onde planta, se há prática de rotação de terra? usa fogo / coivara?

Bom, entre as famílias indígenas da comunidade existe o plantio particular, cada um em seu roçado, pedaço de terra.

Quem planta geralmente são os homens da casa, ficando pras mulheres mais o preparo dos alimentos, mas existem algumas mulheres que plantam também.

Nós temos um sistema de uso responsável da terra, onde plantamos uma parte e preservamos outra e passado alguns anos usamos a parte preservada para o plantio e usamos a do plantio para reflorestar.

Não usamos fogo, apenas retiramos o mato de onde vamos plantar.

Qual a distribuição do trabalho nessa atividade ao longo do ano, quais são os métodos - o trabalho é realizado de forma coletiva, por unidade familiar ou outras formas associativas?

O trabalho de plantio é feito por unidade familiar, mas sempre as famílias se ajudam umas às outras.

Estamos tentando conseguir apoio para começar uma horta comunitária.

Vocês trocam ou vendem entre as famílias os alimentos que produzem?

As famílias usam muito da troca de alimento Sim, e boa parte delas também vendem para as pessoas na cidade ou na própria comunidade.

O que plantam mais?

Algodão, batata, abóbora, Mandioca, todo tipo de verduras e legumes.

Fora as plantas medicinais.

Vocês participam de alguma rede de compartilhamento de sementes ou saberes sobre o plantio? Se sim, quais?

Somente dentro da comunidade mesmo. Fora, nunca tivemos oportunidade.

Como se dá a transmissão dos conhecimentos relativos à produção e manejo dos alimentos para as novas gerações? O cultivo tem o interesse dos jovens?

Os mais velhos sempre incentivam os jovens e mostram a importância de preservar essa tradição. Nós fazemos reuniões mensais e tratamos sempre desses assuntos.

Vocês compram muita comida de fora? Em mercados, mercearias etc?

Compramos o básico. Aquilo que não se planta na comunidade ou alimentos que não se plantam, como açúcar, sal, óleo, margarina etc.

Para você qual a diferença entre os alimentos produzidos e os comprados?

Os alimentos produzidos tem o nosso suor, tem nossa energia, são mais saudáveis pois não usam venenos. Os comprados, a gente compra por necessidade mesmo, mas muitos compram muitas vezes sem querer comprar.

ANEXO 4:

- Entrevista Semi-estruturada 4

Nome: Giselda Pires de Lima (Jera Poty Mirí)

Idade: 38 anos

Etnia: Guaraní Mbya

Papel na comunidade indígena: Liderança e agricultora de sementes tradicionais

Onde mora: Aldeia Indígena Kalipety, na RI Tenondé Porã

O que é que vocês comem?

A nossa alimentação diária se resume no mesmo tipo de alimentação dos brancos, com muita falta de complementos tais como legumes, hortaliças e outros, pela falta de hábito.

Qual a importância do alimento para você?

A importância que se tem, é em relação a nossa própria tradição, os que plantamos e colhemos, os mesmo que por sua vez alimentam o corpo e o espírito. Como os pratos derivados das variedades de milhos. Por isso os mais velhos falam que a alimentação dos brancos é alimento morto, pois plantam com veneno. É que adoece o corpo mais cedo e rápido.

Com a pandemia, quais as dificuldades para conseguir alimento?

Durante a pandemia desde o início recebemos muito apoio, muitas cestas básicas. Não tivemos problemas com falta de comida, ainda que seja alimento morto.

Na comunidade onde você vive é feito o plantio de alimentos para uso próprio?

Hoje temos 11 aldeias [na TI Tenondé Porã], e tirando as duas mais antigas, todas as novas estão trabalhando bastante para resgatar as sementes tradicionais, as práticas dos saberes com o modo de plantar Guarani. Algumas estão mais avançadas, como Kalipety que tem uma variedade de batatas doce e de milho. E a aldeia Tekoa Porã, onde a comunidade está bem empenhada para concretizar o objetivo de conseguir de volta a autonomia alimentar.

E todos nesse caminho pensam em apenas o suficiente para o próprio sustento.

Se sim gostaria de saber, de uma maneira geral, como é feito o plantio (quem planta, onde planta, se há prática de rotação de terra? usa fogo / coivara?

Não usamos fogo.

Usamos técnicas milenares que não usam fogo.

Usamos adubos orgânicos etc. Para recuperar e trabalhar as nossas roças que a maioria é coletivo.

Qual a distribuição do trabalho nessa atividade ao longo do ano, quais são os métodos - o trabalho é realizado de forma coletiva, por unidade familiar ou outras formas associativas?

As unidades que são núcleos familiares têm suas próprias roças, mas todos participam no trabalho e na manutenção das roças coletivas

Vocês trocam ou vendem entre as famílias os alimentos que produzem?

Existem as rodas de trocas de sementes para o plantio e tbm as colheitas do que cada 1 tem

O que plantam mais?

Plantamos mais milho, batata doce, banana verde e mandioca.

Vocês participam de alguma rede de compartilhamento de sementes ou saberes sobre o plantio? Se sim, quais?

Fora da aldeia às vezes em feiras de troca de sementes, mas não é algo frequente. Em algumas oportunidades

Como se dá a transmissão dos conhecimentos relativos à produção e manejo dos alimentos para as novas gerações? O cultivo tem o interesse dos jovens?

Sempre são os mais velhos (a) que ensinam, e os jovens principalmente das aldeias novas, sempre são muito participativos.

Na sua comunidade você acha que tem terra suficiente para as atividades da aldeia e para o plantio de comida suficiente para a alimentação de todos?

Agora sim, temos quase 16 mil hectares de área.

Antes eram apenas duas aldeias, ambas com 26 hectares, ficamos por muito tempo sem espaço para o plantio.

Vocês compram muita comida de fora? Em mercados, mercearias etc?

Como respondi anteriormente, compramos muito ainda

Para você qual a diferença entre os alimentos produzidos e os comprados?

Produzidos na própria aldeia alimentam o corpo e o espírito.

E o que vem de fora não, ela alimenta e ao mesmo tempo traz doenças para as pessoas.

ANEXO5:

- Entrevista Estruturada 5, Adaptada para a Comissão pró Índio:

Nome: Patrícia Vaz

É indígena? Se sim, qual etnia? : não sou indígena

Qual o seu papel na CPI? Assessora de Programas da Comissão Pró-Índio de São Paulo

Para vocês o que é soberania alimentar? Qual a importância dela para as populações Guaranis da cidade de São Paulo?

Para a Comissão Pró-Índio de São Paulo, a soberania alimentar dos povos indígenas tem relação direta com a autonomia da posse dos territórios e o pleno acesso aos recursos naturais: condições fundamentais para a produção de alimentos adequada às suas necessidades e cultura alimentar.

Em todo o Estado de São Paulo, as terras de tamanho diminuto, uma população crescente pressionando os limitados recursos naturais e os novos hábitos de consumo são alguns dos fatores da insegurança alimentar dos povos indígenas que têm baixo acesso aos alimentos, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.

O problema da insegurança alimentar é verificado mesmo em terras demarcadas, já que grande parte delas não apresenta as adequadas condições para sobrevivência física e cultural.

Cada vez mais, os índios dependem dos não índios para garantir a sua alimentação, o que afeta sua autonomia e sustentabilidade. O acesso à alimentação nas aldeias no estado se dá pelas doações (cesta básica), mas também, pela compra dos alimentos, com recursos da venda de artesanato, assalariamento, aposentadorias e do programa Bolsa Família; não mais pela agricultura, caça e pesca. Porém as fontes atuais não garantem a alimentação na constância, na quantidade e na qualidade necessárias.